



INSTITUTO IGARAPÉ  
a think and do tank

NOTA  
ESTRATÉGICA

27

JUNHO 2017

# À Margem do Perigo:

preparo de civis brasileiros para  
atuação em países instáveis

Eduarda Passarelli Hamann



Foto Eduarda Hamann



# Sumário

Introdução .....	1
1. Contexto: civis que trabalham em ambientes instáveis .....	2
2. Aspectos recorrentes dos cursos para especialistas civis .....	4
3. A situação dos especialistas civis brasileiros .....	6
4. O curso para especialistas civis do CCOPAB .....	9
5. Desafios e recomendações .....	12
Conclusões .....	14
Referências .....	16

# À Margem do Perigo: preparo de civis brasileiros para atuação em países instáveis

Eduarda Passarelli Hamann

## Introdução

Esta Nota Estratégica trata de um fenômeno relativamente novo nas relações internacionais. Desde a década de 1990, há um número cada vez maior de especialistas civis que trabalham em contextos altamente instáveis, antes restritos apenas a militares. Embora vários países já tenham desenvolvido mecanismos para melhor preparar seus próprios nacionais, no Brasil, a imensa maioria dos profissionais não-militares que atuam em países em crise ou egressos de conflito tende a receber treinamentos *ad hoc*, se é que recebe algum tipo de preparo sobre questões de segurança.

Para entender a situação dos civis brasileiros e a fim de identificar ferramentas e oportunidades para superar os principais desafios, a presente Nota Estratégica está dividida em cinco seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção apresenta um panorama geral dos civis que trabalham em contextos instáveis, destaca as principais características dos conflitos contemporâneos e identifica os riscos a que estão submetidos, e demonstra como alguns países têm se organizado internamente para lidar com esse novo fenômeno. A segunda seção traz uma análise comparada de cursos desenvolvidos por 10 países, dando destaque a aspectos recorrentes a fim de que sejam eventualmente aproveitados na definição da estratégia de países que começaram há pouco a se preocupar com o preparo de civis.

A terceira seção examina a arriscada situação dos técnicos brasileiros, que muitas vezes atuaram e ainda atuam, em nome do governo federal, em contextos altamente instáveis – e que, ainda assim, não recebem o preparo adequado para enfrentar condições inseguras de trabalho. Essa seção oferece também detalhes sobre os cursos existentes no Brasil, no âmbito do governo federal, voltados para o aperfeiçoamento de profissionais não-militares que cumprem algum tipo de missão no exterior. Fica evidente que, dos poucos cursos existentes, apenas um – o destinado aos policiais federais – contém noções básicas de segurança.

Para suprir essa lacuna, o governo federal passou a oferecer em 2015, por meio do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), um curso para especialistas civis brasileiros, o que será apresentado na quarta seção. A quinta seção, por fim, elenca os principais desafios a serem superados no Brasil e faz algumas recomendações para, por exemplo, regularizar a situação dos civis que trabalham em missões no exterior, inclusive em contextos instáveis, e para aperfeiçoar o curso para civis recém-integrado ao portfólio do CCOPAB.

# 1. Contexto: civis que trabalham em ambientes instáveis

A década de 1990 é um importante marco para o envolvimento de civis em missões em países vulneráveis, representando governos, organismos internacionais e organizações da sociedade civil. Até os anos 1980, a imensa maioria dos civis desdobrados em missões no exterior atuavam em atividades-meio, ou seja, basicamente exerciam funções de apoio, como intérpretes, motoristas, cozinheiros, entre outras.

No início dos anos 1990, porém, com o fim da Guerra Fria, mudou a percepção sobre o tipo de ameaça que afeta a paz e a segurança internacional, cada vez mais complexa e que exige respostas em diferentes níveis e frentes de ação. Os conflitos contemporâneos têm características que desafiam o Direito Internacional Humanitário, com regras nem sempre claras sobre o comportamento dos atores engajados (estatais e não-estatais), com pouco ou nenhum controle sobre o uso de determinadas armas e munições (armas proibidas por convenções são comumente usadas) e com confrontos geralmente realizados no meio de zonas urbanas e densamente povoadas.

Esse tipo de contexto tem exigido a participação cada vez maior de especialistas civis, que, ao lado de militares e policiais, desempenham funções das mais diversas áreas do conhecimento. Se em 2000 havia cerca de 3.500 civis desdobrados nas operações de manutenção da paz da ONU, em 2009 esse número chegou a 6.500<sup>1</sup>. Mais recentemente, no início de 2017, são quase 16 mil civis desdobrados nas missões de manutenção da paz da ONU (incluindo internacionais e locais, além dos voluntários da ONU - UNV), o que equivale a cerca de 14% do total de profissionais que trabalham, no terreno, sob o mandato das Nações Unidas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Wiharta, S.; Blair, S., 2010.

<sup>2</sup> ONU, 2017.

Além do crescimento numérico, houve também uma mudança qualitativa no que se refere às funções por eles desempenhadas, que não mais se restringem a atividades-meio e que agora também incluem funções substanciais e mais efetivas para a construção da paz sustentável. No âmbito da ONU, isso geralmente se traduz em atividades relacionadas a administração, assuntos políticos, apoio a processos eleitorais, assessoramento jurídico, direito da criança, direitos humanos, engenharia, questões de gênero, logística, entre outras<sup>3</sup>. Um crescente número de civis também atua, em contextos instáveis, em nome de agências bilaterais (governamentais) e em organizações da sociedade civil, geralmente com atividades mais relacionadas a desenvolvimento, como educação, saúde, agricultura, formação profissional, entre outras.

O mesmo contexto que exige maior presença de especialistas civis é também um espaço com o qual o civil não está acostumado, para o qual ele não é preparado ao longo de sua carreira, qualquer que seja. Assim, quando as guerras de independência da ex-Iugoslávia, no início dos anos 1990, deixaram evidente essa realidade de responsabilidades compartilhadas (entre militares, policiais e civis), houve um esforço inicial de diferentes países e organismos internacionais para entender o papel dos especialistas civis e, principalmente, para melhor prepará-lo para atuar em contextos tão voláteis.

Na década de 1990, os pioneiros Noruega (1993) e Canadá (1996) desenvolveram seus mecanismos para enviar civis a contextos instáveis, não apenas para cumprir com eficiência e eficácia suas novas obrigações, mas também para trabalhar em condições mínimas de preservar sua própria segurança. Nos anos 2000, uma segunda leva de países cria seus próprios mecanismos – Suíça (2000), Alemanha (2001), Reino Unido (2004), Estados Unidos (2004) e Austrália (2009) –, o que reforça a necessidade da institucionalização do envolvimento de civis na solução de problemas de paz e segurança internacional. Mais recentemente, já na década de 2010, fala-se em uma possível terceira leva quando a ONU e alguns especialistas no tema indicaram a importância de se dar uma guinada para o sul global. Há vários relatórios, documentos e artigos que versam sobre as vantagens do maior engajamento de civis provenientes de países como África do Sul, Brasil, Índia e Turquia, por exemplo, o que ainda está em processo de amadurecimento<sup>4</sup>.

Enquanto os países do Sul estudam suas maneiras de selecionar, preparar e desdobrar civis, vale analisar e refletir sobre os mecanismos já existentes, que têm diferentes escopos e também variam quanto ao grau de institucionalização. As principais diferenças geralmente derivam da definição de interesse nacional, que se reflete nas prioridades das políticas externa e de defesa de cada país, e que também influenciam o financiamento e os recursos humanos disponíveis. Apesar das diferenças, torna-se relevante destacar que cerca de 20 países têm algum tipo

---

3 Wiharta, S.; Blair, S., 2010; ONU, 2016.

4 Ver, por exemplo, ONU, 2011; 2012; 2014; Keating, P.; Wiharta, S., 2012; De Coning, C.; Karlsrud, J.; Breidlid, I., 2013.

de mecanismo oficial para lidar com a crescente demanda por especialistas civis em missões internacionais, principalmente para melhor prepará-los para trabalhar, com segurança, em contextos não amigáveis. Assim, uma análise comparada dos principais cursos oferecidos por 10 países será realizada na próxima seção.

## 2. Aspectos recorrentes dos cursos para especialistas civis

A avaliação comparada de dez cursos oficiais destinados ao treinamento de especialistas civis permite a identificação de semelhanças e diferenças que porventura serão úteis ao Brasil e a outros países que estejam desenvolvendo ou aperfeiçoando os seus próprios mecanismos. Foram selecionados os cursos desenvolvidos pelos seguintes países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Finlândia, França, Japão, Noruega, Reino Unido e Suíça<sup>5</sup>. Apesar das diferenças, a análise revela que, em pelo menos sete aspectos, é possível realizar uma boa comparação entre os cursos analisados. São eles: categorias, formato, duração, idioma, metodologias de ensino, custos e parcerias.

As nomenclaturas variam, mas os cursos para especialistas civis analisados podem ser enquadrados em três **categorias**: (i) curso básico ou geral; (ii) curso avançado ou especializado; e (iii) curso para missão específica. A maioria dos países adota duas ou três categorias ao mesmo tempo. Uma quarta modalidade foi encontrada apenas no Japão, que também oferece um estágio complementar e não-remunerado no exterior, em parceria com o *UN Volunteers*<sup>6</sup>. Os módulos básicos são mais simples e têm baixo grau de complexidade. Geralmente abarcam conceitos genéricos como consolidação da paz, direitos humanos, direito internacional humanitário, gênero, processo político inclusivo, assistência humanitária, entre outros. Os módulos avançados e o curso para missão específica, por sua vez, destinam-se a aperfeiçoar as competências e habilidades do profissional em áreas temáticas relevantes para a sua atuação no terreno.

No que se refere ao **formato**, todos os cursos analisados oferecem módulos presenciais, sendo que a maioria também oferece módulos online. Os módulos presenciais tendem a ser executados em uma única cidade ou, no máximo, duas. Na Alemanha, por exemplo, todos os cursos são presenciais, pois valoriza-se o encontro e a troca entre os participantes. A Noruega e o Reino Unido, por sua vez, disponibilizam o módulo básico de maneira online, mas os módulos avançados são presenciais. Já nos EUA, todos os cursos são híbridos, ou seja, todos têm módulos online e presenciais.

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada por Hamann, E.; Rebelo, T., 2012.

<sup>6</sup> Hamann, E.; Rebelo, T., 2012.



Foto Eduarda Hamann

No que tange à **duração**, os cursos são geralmente oferecidos uma única vez por ano, com extensão que varia entre 5 dias e 2 semanas<sup>7</sup>.

No que se refere ao **idioma**, como regra, os cursos analisados adotam o inglês. A razão é simples: a maioria das missões o têm como *working language*, mesmo as desdobradas em países de língua portuguesa, o que ocorre para facilitar a comunicação com profissionais de outras nacionalidades. Excepcionalmente, alguns módulos na Alemanha, França e Japão são realizados em seus respectivos idiomas nacionais<sup>8</sup>.

As **metodologias de ensino** mais recorrentes incluem leituras, discussões em sala de aula, simulações e exercícios em grupos. A realização de simulações (ou exercícios práticos) parece indispensável para o bom desempenho dos profissionais. Tais atividades visam reproduzir, em ambiente controlado, situações que se aproximam do que será encontrado no terreno, fazendo com que os profissionais fiquem expostos a circunstâncias complexas, tomando decisão sob estresse, de maneira rápida e coerente com os objetivos propostos. Tal metodologia também permite que os profissionais adotem conceitos apresentados em leituras ou sala de aula e, como são necessariamente presenciais, também favorecem a troca de experiência com outros profissionais<sup>9</sup>.

---

7 Hamann, E.; Rebelo, T., 2012.

8 Idem.

9 Ibidem.

Os **custos** ficam, como regra, a cargo da instituição patrocinadora - exemplos incluem previsão orçamentária do próprio mecanismo nacional, do Ministério das Relações Exteriores ou do organismo internacional para quem trabalharão os civis, como a ONU<sup>10</sup>. Alguns módulos também são executados com apoio (pessoal, financeiro ou material) dos parceiros abaixo mencionados.

Por fim, vale ainda acrescentar que todos os cursos analisados foram planejados e/ou realizados em **parceria** com instituições governamentais (principalmente, mas não só, instituições militares) e/ou organizações não-governamentais (universidades e organizações da sociedade civil).

A simples revisão dos aspectos recorrentes de diferentes cursos ajuda outros países, como o Brasil, a refletir sobre o mínimo que se exige para o preparo de seus nacionais, a ser definido a partir de suas próprias prioridades, necessidades e capacidades.

### 3. A situação dos especialistas civis brasileiros

O governo federal brasileiro envia especialistas civis para missões em países instáveis desde pelo menos a década de 1980, quando há registros das primeiras atividades coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) com Angola, que enfrentava uma guerra civil que duraria entre 1975 e 2002<sup>11</sup>. Desde então, os especialistas civis brasileiros, também chamados de técnicos, foram enviados para dezenas de contextos altamente voláteis, como Afeganistão, Coreia do Norte, Guiné Bissau, Haiti, Iraque, Líbano, Libéria, Mali, Serra Leoa, Sudão e Timor Leste, para mencionar apenas alguns<sup>12</sup>. Embora 30 anos já tenham se passado desde a primeira missão da ABC em um país em guerra, os civis brasileiros ainda não recebem o preparo adequado, ou seja, continuam a trabalhar à margem do perigo quando desdobrados em contextos instáveis<sup>13</sup>.

Pode-se identificar três grupos de especialistas civis brasileiros que trabalham no exterior em contextos instáveis: (i) os que estão vinculados ao governo (geralmente federal, mas também de estados e municípios); (ii) os que trabalham em organizações

---

10 A Alemanha é uma notável exceção, sendo o único país em que o profissional interessado é quem deve arcar com todos os custos de sua participação. Ver: Hamann, E.; Rebelo, T., 2012.

11 Ver o site da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), seção sobre "Angola". Disponível em: [www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola](http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola).

12 O site oficial da ABC contém uma lista de países que já receberam cooperação técnica brasileira e, portanto, já receberam civis brasileiros em missões - no mínimo, missões de prospecção (curto prazo) ou, no máximo, para desenvolver projetos (médio e longo prazos). Disponível em: [www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa](http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa).

13 Hamann, E., 2016.



da sociedade civil (brasileiras e estrangeiras); e (iii) os que passam pela seleção de organismos internacionais e trabalham sob sua coordenação, sendo a ONU o principal destino dos poucos brasileiros que se aventuraram por esse caminho.

Não há dados consolidados a respeito do número de civis brasileiros que trabalham nos dois primeiros grupos. No governo federal, a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (nas áreas técnica, eleitoral e humanitária) tende a ser contabilizada por países, por instituições executoras ou por projetos implementados, e não a partir dos profissionais desdobrados em cada missão<sup>14</sup>. Por sua vez, as organizações da sociedade civil que recrutam brasileiros para trabalhar no exterior têm seus próprios bancos de dados, mas que não são necessariamente abertos até por questões de segurança e privacidade. A ONU acaba sendo o espaço que mais congrega dados sobre o crescente envolvimento de civis em suas missões, apesar de os mesmos nem sempre serem transparentes. Como mencionado na seção 1, os civis correspondem a 14% de todos os profissionais contratados para trabalhar nas missões de manutenção da paz dessa organização. Dos quase 9 mil civis internacionais que atuam em todas as missões da ONU, inclusive nas missões políticas especiais, há apenas 26 brasileiros, o que equivale a menos de 0,3% desse universo<sup>15</sup>.

A preparação dos brasileiros antes de sua missão também varia de acordo com o grupo a que está vinculado. Sabe-se que tanto a ONU como algumas organizações da sociedade civil oferecem treinamento a seus funcionários antes de serem enviados às zonas de perigo. A ActionAid-Brasil, por exemplo, exige que os funcionários façam um treinamento na Itália antes de incluí-los em sua base de dados de “pronto-emprego”. A ONU oferece um treinamento de cerca de uma semana assim que os seus funcionários civis chegam ao terreno, no chamado *induction training*. O governo federal brasileiro, por sua vez, disponibiliza alguns cursos voltados para o preparo de funcionários públicos civis que desenvolverão alguma atividade no exterior. No entanto, a pesquisa verificou que quase todos os cursos são voltados para uma atuação genérica no exterior, ou seja, são abrangentes e não contemplam noções de segurança, como seria adequado às missões desdobradas em países instáveis.

A Tabela 1, abaixo, apresenta uma compilação das principais instituições do governo federal que preparam e/ou enviam funcionários públicos federais (não-militares) para missões no exterior, a despeito de serem em países instáveis.

---

14 Ver, por exemplo, a parte de “Cooperação Sul-Sul” no site oficial da ABC, disponível em: [www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul](http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul).

15 Ministério das Relações Exteriores, *apud* Hamann, E., 2016.

**Tabela 1.** Instituições brasileiras, do âmbito federal, envolvidas com o preparo e/ou desdobramento de civis em missões no exterior

Instituição / órgão responsável	Público	Área de atuação quando no exterior	Oferece algum tipo de preparo?	Há treinamento para atuação em contextos instáveis?	Comentários
Ministério das Relações Exteriores (MRE) / Instituto Rio Branco (IRBr)	Somente diplomatas	Diplomacia e temas afins	Sim.	Não.	O IRBr oferece cursos de formação e aperfeiçoamento de diplomatas.
MRE / Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento	Somente funcionários do MRE	Diplomacia e temas afins	Sim.	Não.	O "Curso de Habilitação ao Serviço Exterior" é anterior à primeira remoção e traz conteúdo genérico. Dá noções de saúde mental (estresse, impacto sobre a família etc.) mas sequer menciona questões sobre segurança, a despeito da localização da próxima missão.
MRE / Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Funcionários públicos e técnicos que trabalham em nome da política externa brasileira	Cooperação técnica em diversas áreas (saúde, agricultura, educação, etc.)	Somente alguns profissionais (em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP).	Não.	A ABC coordena a maior parte das missões que desdobram civis brasileiros em países instáveis, em nome do governo federal. O curso com a ENAP é voluntário e fica restrito a 30-40 participantes por ano.
MRE / Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CG-Fome) (2003-2016)*	Funcionários públicos e técnicos que trabalham em nome da política externa brasileira	Cooperação humanitária	Sim.	Não. Mas os funcionários que atuavam pela CG-Fome podiam participar do curso oferecido pelo Sistema ONU.	O preparo antes do desdobramento é realizado em parceria com agências da ONU no Brasil, sendo o principal exemplo do Programa Mundial de Alimentos (PMA)
Ministério da Justiça / Academia Nacional de Polícia	Funcionários da Polícia Federal	Estado de Direito, polícia e temas afins	Sim.	Sim.	A Academia oferece cursos de capacitação presenciais e online.
Ministério da Defesa / Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)	Militares, policiais e civis (especialistas, pesquisadores, jornalistas, professores e universitários)	Operações de manutenção da paz e desminagem humanitária	Sim, é um centro de treinamento.	Sim.	Desde 2008, o CCOPAB permite que civis participem de seus cursos, oferecendo, por exemplo, um curso específico para jornalistas que atuam em áreas de conflito. Desde 2015, realiza um curso para especialistas civis no fim do ano.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão / Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	Funcionários públicos federais	Áreas do conhecimento voltadas para a gestão pública	Sim, é uma escola.	Não.	A ENAP tem um curso para funcionários públicos que atuam na cooperação internacional, dividido em 3 módulos, mas não há discussão sobre segurança.
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Juízes e especialistas em eleições	Cooperação eleitoral	Não.	Não.	Os especialistas são escolhidos pelo presidente do TSE com base em competências técnicas e idioma. Cada um é responsável por seu preparo.
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Técnicos que trabalham com formação profissional	Formação profissional	Sim.	Não.	Trata-se de parceria público-privada. Os técnicos do SENAI implementam, no exterior, atividades coordenadas pela ABC, ou seja, também atuam em nome da política externa.

\* A CG-Fome foi órgão do MRE entre 2003 e 2016.

Fonte: Hamann (2016).

Verifica-se, assim, que apenas a Academia Nacional de Polícia e o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) oferecem noções de segurança. Considerando as missões dessas instituições e o público-alvo de seus cursos, conclui-se que o CCOPAB é a instituição mais apropriada para promover cursos para os especialistas civis brasileiros, semelhantes aos que têm sido organizados por outros países. Com efeito, há poucos anos o CCOPAB começou a avançar nesse sentido e, assim, a próxima seção será dedicada à descrição e análise do curso ali realizado, ainda em fase de maturação.

## 4. O curso para especialistas civis do CCOPAB

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) surgiu pela transformação, em 2010, do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), unidade do Exército Brasileiro criada em 2005. Após o terremoto no Haiti, por determinação de portaria ministerial, o CIOPaz teve seu nome modificado para CCOPAB, sendo transformado em unidade conjunta e vinculada ao Ministério da Defesa, porém mantendo sua subordinação ao Exército Brasileiro. A sua missão é apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para operações de paz e desminagem humanitária<sup>16</sup>. Assim, em 2008, o CCOPAB começou a aceitar civis em seus cursos, geralmente como participantes, mas às vezes também como palestrantes. No mesmo ano, criou, com o apoio do Centro de Informações da ONU no Brasil (UNIC-Rio), o primeiro curso para jornalistas com atuação em áreas de conflito. Apesar de os jornalistas também serem civis, e de enfrentarem despreparo semelhante, eles não são considerados “especialistas civis” no sentido desta Nota porque não têm sob sua responsabilidade o desempenho, no terreno, de funções que promovam a construção ou consolidação da paz em países em crise ou egressos de conflito.

Desde 2012, o CCOPAB tem recebido o apoio do Instituto Igarapé para planejar e executar um curso exclusivamente voltado para especialistas civis. Uma avaliação feita na época demonstrou que havia (e ainda há) um problema preliminar, referente à falta de compreensão sobre a importância do curso do CCOPAB por parte das principais instituições brasileiras que enviam seus funcionários para países instáveis.

Para tentar contornar a situação, foi organizado um *workshop* em Brasília em 2014, com o objetivo de conscientizar um pequeno grupo de funcionários públicos, selecionados a partir de seu vínculo com as principais instituições brasileiras envolvidas com a cooperação brasileira, com destaque às que tiveram/têm experiência em países instáveis. Na ocasião, 35 brasileiros participaram do evento, representando mais de 20 instituições relevantes, como a Presidência da República e os Ministérios da Defesa, Relações Exteriores, Fazenda, Planejamento e Integração, além de órgãos-chave para a execução da cooperação

---

<sup>16</sup> A missão do CCOPAB está disponível em seu site oficial: [www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab](http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab).

brasileira, a exemplo da EMBRAPA, SENAI, Polícia Federal e tribunais de justiça. Entre os principais resultados do *workshop* está o reconhecimento, por vários participantes, de que um curso com noções de segurança seria de grande utilidade para os profissionais brasileiros que trabalham em contextos instáveis.

Com isso, em 2015, o CCOPAB organizou no Rio de Janeiro, com o apoio do Instituto Igarapé, um curso-piloto para especialistas civis. O curso foi elaborado não apenas a partir dos ensinamentos do *workshop* do ano anterior mas também, e principalmente, graças à experiência já consolidada do Centro com cursos já existentes, especificamente a partir da adaptação de parte do conteúdo e da metodologia já adotada no curso para jornalistas. O curso-piloto foi 100% presencial e em português, e teve duração de 3,5 dias – a maioria deles dedicados a leituras, debates em sala de aula e exercícios em grupo, sendo que apenas um dia foi exclusivo a exercícios práticos. Dele participaram 16 profissionais brasileiros, representando 14 instituições, inclusive EMBRAPA, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e tribunais de justiça, além de universidades e organizações da sociedade civil. Após o curso, três participantes compartilharam com o Instituto Igarapé que seriam desdobrados para missões em contextos instáveis, especificamente para Sudão, Timor Leste e outro local não informado<sup>17</sup>.

O CCOPAB aperfeiçoou o curso em 2016, realizando uma edição mais madura e abrangente: o “Curso de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis 2016” contou com 15 participantes, representando 11 instituições, inclusive EMBRAPA, Polícia Federal e Ministério Público Militar, além de universidades e organizações da sociedade civil. Uma das modificações foi a de ampliar o tempo dedicado a exercícios práticos (simulações), diferente do que havia ocorrido no curso-piloto, a fim de consolidar o conhecimento repassado em sala de aula.

Para fins de avaliação do curso de 2016 do CCOPAB, pode-se recorrer aos mesmos aspectos utilizados na seção 2 para comparar os cursos estrangeiros selecionados:

- (i) **Categoria:** O curso do CCOPAB oferece basicamente o módulo genérico, com alguns elementos de módulo avançado, a exemplo da aula sobre negociação e tomada de refém, e dos exercícios práticos de orientação, primeiros socorros e a simulação com gás lacrimogêneo;
- (ii) **Formato:** trabalhou-se apenas com o formato presencial;
- (iii) **Duração:** o curso do CCOPAB teve duração de 4,5 dias, o que está praticamente alinhado com o mínimo encontrado no exterior (5 dias);
- (iv) **Idiomas:** o curso foi realizado em português.

---

<sup>17</sup> As notificações foram compartilhadas, por e-mail, com representantes do Instituto Igarapé.

- (v) **Metodologias de ensino:** o CCOPAB adotou as mesmas metodologias de ensino dos cursos estrangeiros analisados, promovendo um misto de leituras, discussões em sala de aula, simulações e exercícios em grupo;
- (vi) **Custos:** os participantes tiveram de custear o seu deslocamento até a cidade do Rio de Janeiro. Todos os demais custos foram abarcados pelo CCOPAB, com algum apoio do Instituto Igarapé;
- (vii) **Parceria:** o curso do CCOPAB foi planejado e executado em parceria com o Instituto Igarapé, sendo que a sua realização também contou com o forte apoio de outras unidades militares, a exemplo da Escola de Instrução Especializada (EslE) do Exército Brasileiro, e de forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares.

Assim, o ano de 2016 representou um marco para o curso de civis do CCOPAB. E há pelo menos três razões para isso. Primeiro, vê-se que os critérios do curso já estão muito próximos dos padrões encontrados nos cursos promovidos no exterior. A edição de 2016 contou com mais tempo para ser realizada, o que permitiu um maior número de horas para os exercícios práticos, individuais e em grupo, e para a troca de experiências entre os participantes. Segundo, o curso para especialistas civis finalmente ganhou espaço no *folder* institucional do CCOPAB, deixando evidente a decisão do comandante de mantê-lo no calendário oficial do Centro. Por fim, graças ao sucesso do curso-piloto de 2015 e principalmente da edição de 2016, ventilou-se a hipótese de a edição de 2017 receber algum apoio do Ministério da Defesa, o que indicaria não apenas um importante parceiro político, como também apontaria para um eventual aporte de recursos.

Pelo exposto, ainda que o curso esteja em fase de maturação, já é possível afirmar que o CCOPAB tem desempenhado um importante papel nesta área e já contribuiu para minimamente preparar dezenas de profissionais brasileiros que atuam ou atuarão em contextos instáveis. Por estarem vinculados a instituições-chave, esses profissionais acabam por atuar como multiplicadores de processos e procedimentos em suas próprias áreas de trabalho, com impactos positivos para o fortalecimento institucional e para a segurança de quem é efetivamente desdobrado no terreno. Apesar dos avanços, ainda persistem alguns desafios, o que será analisado na próxima seção.

## 5. Desafios e recomendações

A fim de melhor preparar os especialistas civis que o Brasil desdobra em contextos instáveis, é preciso enfrentar e superar pelo menos seis desafios.

Primeiro, e de ordem contextual, cabe ressaltar que a crise econômica que hoje assola o Brasil, deteriorada pelas graves evidências de corrupção e pela falta de confiança em certas instituições políticas, tem afetado todos os setores do governo federal, com impactos também nas atividades de política externa e de defesa. Nesse sentido, não é de se esperar que haja grandes investimentos de recursos (financeiros ou humanos) do governo federal na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, o que afeta o volume de trabalho dos civis brasileiros em missão no exterior. Isso, porém, não pode ser obstáculo para a organização, interna, de um sistema, ou para a criação de mecanismos ou, no mínimo, para o desenvolvimento de ferramentas simples para melhor lidar com a questão dos civis brasileiros que, embora em números menores, continuam a ser enviados para o exterior, em nome do governo, para trabalhar em missões em contextos instáveis.

Segundo, é fundamental continuar o trabalho de sensibilização, no âmbito do governo federal, a respeito da importância do treinamento de civis antes de enviá-los a missões em contextos instáveis, seja para participar de missões de cooperação, ou para atuar em alguma missão da ONU. É verdade que a necessidade interna é muito grande e nem sempre é fácil liberar um funcionário para participar de um curso de cinco dias ou, pior ainda, liberá-lo para participar de uma missão no exterior. Mas ainda falta sensibilidade das chefias para o ganho que essa experiência trará em termos de reputação, relacionamento com instituições congêneres de outros países, entre outros. Para ajudar nesse processo de sensibilização, o Instituto Igarapé tem trabalhado com o tema desde 2010, organizando eventos e produzindo artigos e relatórios, públicos e confidenciais, e promovendo a articulação de pessoas e instituições que podem se beneficiar. Esse papel também poderia ser desempenhado por outras organizações da sociedade civil ou mesmo por civis que já participaram dos treinamentos do CCOPAB.

O MRE, por sua vez, tem intensificado os esforços de coordenar com a ONU a vinda, ao Brasil, das chamadas missões de *outreach*, dirigidas geralmente a universitários e com o objetivo de compartilhar conhecimento sobre a ONU e o trabalho desempenhado por civis no âmbito de suas missões<sup>18</sup>. Isso também é uma ferramenta de divulgação e sensibilização das novas gerações, o que poderá ter algum impacto no número de civis brasileiros que trabalham nas missões da ONU, hoje muito aquém do interesse e da capacidade do país.

---

18 Figueiró, C., 2016.

O terceiro desafio diz respeito à legislação, que dificulta ou mesmo impede o envio de civis brasileiros para missões no exterior, sobretudo as que são coordenadas por organismos internacionais – o que tem um impacto direto nas missões desdobradas em contextos instáveis. É anacrônico o conjunto de leis que rege a cessão do servidor público federal para trabalhar no exterior, tendo sido criado nos anos 1990 – uma época em que o Brasil ainda era receptor de ajuda internacional e iniciava o seu engajamento com civis em missões no exterior. Há também lacunas e contradições como a definição de quem paga a cessão (se é o governo ou o organismo internacional) ou se a contagem do tempo no exterior seria válida para fins de aposentadoria, entre outras. Uma das maneiras de superar esse desafio legislativo seria intensificar a coordenação interna, sobretudo entre o Legislativo e órgãos-chave do Executivo, a fim de alcançar uma nova legislação que regule de maneira coerente a cessão de funcionários públicos federais para missões no exterior coordenadas por organismos internacionais<sup>19</sup>.

Ainda no que se refere à legislação, tampouco existe norma que recomende aos civis brasileiros com missões em países instáveis, em nome do governo federal, que passem pelo curso do CCOPAB antes de serem desdobrados. Há indícios, porém, de que o Exército Brasileiro, por meio do Comando de Operações Terrestres (COTER), proporá a regulação do curso do CCOPAB ainda em 2017, o que poderá ajudar a suprir esse desafio.

O quarto desafio diz respeito à ausência de diálogo entre órgãos-chave do Executivo federal para as quatro fases do ciclo de envolvimento civil: (i) processo de seleção; (ii) preparação ou treinamento; (iii) desdobramento e (iv) retorno ao país e ao órgão de origem. No caso específico das missões em contextos instáveis, seria fundamental que o profissional selecionado por um órgão passe antes pelo curso do CCOPAB, a fim de receber noções básicas de segurança, não apenas para proteger sua saúde física e mental, mas também para mitigar riscos políticos para a implementação do projeto.

Nesse sentido, seria interessante criar mecanismos que facilitem ou promovam o diálogo regular entre o MRE e o CCOPAB, e entre o CCOPAB e a ENAP, por exemplo, com o intuito de fomentar a participação de civis já selecionados para o curso de pré-desdobramento do CCOPAB. Outra recomendação útil ao processo de desdobramento e diálogo seria a de manter uma lista ou base de dados (*roster*) de profissionais brasileiros que já tenham passado pelo curso no CCOPAB, a fim de que fiquem de sobreaviso para o caso de alguma demanda urgente em país instável. É fundamental que os órgãos federais relevantes entendam a relevância estratégica de sua integração: os profissionais desdobrados são funcionários públicos federais (de diferentes origens), seriam preparados por um órgão federal (CCOPAB), e trabalhariam no exterior em nome da política externa brasileira. O Estado brasileiro só tem a ganhar, mas é preciso avançar na sensibilização/compreensão e na integração.

---

19 Figueiróa, C., 2016; Hamann, E., 2016.

O quinto desafio é de ordem mais operacional e consiste em superar a ausência de referências sobre o número de profissionais desdobrados em contextos instáveis, em nome do governo federal. Essa lacuna dificulta a identificação do real volume de brasileiros que trabalham em missões internacionais e, desses, quem efetivamente correria risco por atuar em países em crise ou egressos de conflito. Por outras palavras, o CCOPAB não sabe qual o tamanho de sua demanda, que pode ser de 30 ou de 300 civis por ano, por exemplo. Isso acaba prejudicando a própria elaboração do curso para especialistas civis do CCOPAB, uma vez que a duração, o conteúdo e o número de vagas, por exemplo, devem ser regularmente calibrados em função da demanda.

O último desafio a ser destacado diz respeito ao próprio curso do CCOPAB que, apesar dos avanços em tempos recentes, ainda tem espaço para aperfeiçoamento. Por exemplo, o processo de seleção dos participantes é feito de maneira *ad hoc*, sem participação ativa das instituições federais que efetivamente desdobram civis para missões em países instáveis. A criação de um mecanismo de diálogo mais próximo com o MRE (ABC) e com a ENAP facilitaria nesse sentido. Além disso, apesar de o curso do CCOPAB ser realizado apenas no Rio de Janeiro, em breve poderá aplicar metodologias já utilizadas em outros cursos, como disponibilizar conteúdo online e até mesmo capacitar equipes móveis de treinamento para atuar em Brasília e outros locais de maior necessidade. Além disso, em breve também será necessário expandir as ferramentas que favoreçam o monitoramento e a avaliação do curso do CCOPAB, a fim de atualizar o conteúdo e torná-lo mais próximo da realidade no terreno. A experiência do CCOPAB com outros cursos também será fundamental para fazer avançar esse quesito.

## Conclusões

Desde pelo menos os anos 1980, o Brasil desdobra seus funcionários públicos para missões no exterior em contextos instáveis, como guerras ou crises agudas. Passados 30 anos, finalmente um centro de treinamento do governo federal, o CCOPAB, passou a testar e em seguida incorporou em seu calendário um curso específico para os especialistas civis.

O Ministério das Relações Exteriores tem demonstrado grande apoio ao engajamento de civis brasileiros em missões da ONU, por meio da Divisão de Paz e Segurança Internacional (DPAZ)<sup>20</sup>, da mesma forma que continua a coordenar o desdobramento de técnicos e funcionários públicos federais em missões de cooperação técnica e humanitária, muitas vezes realizadas em países instáveis, o que é feito por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Nesse sentido, pode-se afirmar que é do interesse da política externa brasileira a continuidade, a institucionalização ou até mesmo o aumento do envolvimento de civis em contextos altamente instáveis, em condições de trabalho arriscadas.

---

<sup>20</sup> Figueiró, C., 2016.



Assim, o envio, a contextos instáveis, de civis brasileiros pré-selecionados deveria estar condicionado à participação no curso do CCOPAB, seja em sua atual modalidade presencial ou em uma modalidade *online* que ainda será desenvolvida. Isso só acontecerá depois de maior sensibilização das chefias das instituições relevantes, maior diálogo interinstitucional e uma eventual mudança normativa. Em movimento paralelo, o próprio curso do CCOPAB deverá ser aperfeiçoado em alguns aspectos. No longo prazo, porém, tudo indica que haverá um número maior de civis brasileiros atuando em contextos instáveis e correndo menos riscos que seus compatriotas nos últimos 30 anos.



Foto Eduarda Hamann

# Referências

De Coning, C.; Karlsrud, J. (2011). Preparing and Mobilizing Civilian Capacity for the Future: recommendations for implementing the Guéhenno Report. *NUPI Policy Brief 2*. Disponível em: [www.files.ethz.ch/isn/145015/NUPI%20Policy%20Brief%20no.%202.pdf](http://www.files.ethz.ch/isn/145015/NUPI%20Policy%20Brief%20no.%202.pdf).

De Coning, C.; Karlsrud, J.; Breidlid, I. (2013). Turning to the South: Civilian Capacity in the Aftermath of Conflict. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, vol. 19, n. 2, pp. 135-152.

Figueirôa, C. (2016). A Política Externa do Brasil para Operações de Manutenção da Paz e a proteção de civis brasileiros desdobrados em contextos instáveis. Apresentação realizada no curso para especialistas civis do CCOPAB, em dezembro de 2016.

Hamann, E. (2016). Preparing Civilian Experts to work in Vulnerable Places: Unveiling Brazil's Potential. *Civilian Capacities Network*. Oslo: NUPI. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/09/3edf04\\_7eda238bd1fd42c1bc93f07b0948a19f.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/09/3edf04_7eda238bd1fd42c1bc93f07b0948a19f.pdf).

Hamann, E. (2012). O envolvimento de civis em contextos pós-conflito: oportunidade para a inserção internacional do Brasil. In: Kenkel, K.; Moraes, R., "O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação". Brasília: IPEA. Disponível em: <https://igarape.org.br/o-envolvimento-de-civis-em-contextos-pos-conflito-oportunidade-para-a-insercao-internacional-do-brasil/>.

Hamann, E.; Rebelo, T. (2012). Curso para especialistas civis com atuação em contextos instáveis – recomendações do Instituto Igarapé". Rio de Janeiro: Instituto Igarapé. Relatório não publicado, divulgado apenas para a Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores (DPAZ/MRE) e para o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

Keating, P.; Wiharta, S. (2012). Synthesis Report of the Baseline Study on Civilian Capacity: A CIVCAP Network Joint Research Project. NUPI – Civilian Capacities Network. Disponível em: <http://www.nupi.no/en/Publications/CRISTin-Pub/Synthesis-Report-of-the-Baseline-Study-on-Civilian-Capacity-A-CIVCAP-Network-Joint-Research-Project>.

Nunes, J. (2015). O treinamento de civis para atuar em contextos instáveis. Rio de Janeiro: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Disponível em: [www.ccopab.eb.mil.br/pt/artigos-de-operacoes-de-paz/715-o-treinamento-de-civis-para-atuar-em-contextos-instaveis](http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/artigos-de-operacoes-de-paz/715-o-treinamento-de-civis-para-atuar-em-contextos-instaveis).

ONU (2017). Departamento de Operações de Manutenção da Paz – *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO). Peacekeeping factsheet. Dados de 31 de março de 2017. Disponível em [www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml](http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml).

ONU (2016). Departamento de Apoio ao Terreno – *Department of Field Support*. An Overview of Civilian Personnel serving in Field Operations. Apresentação compartilhada por representante do DFS ao Instituto Igarapé, datada de dez.2016.

ONU (2014). Secretariado - *Secretariat*. Civilian Capacity in the Aftermath of Conflict. Report of the Secretary-General (A/68/696-S/2014/5). Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/68/696](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/696).

ONU (2012). Secretariado - *Secretariat*. Civilian Capacity in the Aftermath of Conflict. Report of the Secretary-General (A/67/312-S/2012/645). Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/67/312](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/67/312).

ONU (2011). Secretariado – *Secretariat*. Civilian Capacity in the Aftermath of Conflict. Report of the Secretary-General (A/66/311-S/2011/527). Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/66/311](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/66/311).

Wiharta, S.; Blair, S. (2010). Civilian Roles in Peace Operations. SIPRI Yearbook 2010. Disponível em: <https://www.sipri.org/yearbook/2010/03>.

# Outras publicações do Instituto Igarapé

## ARTIGOS ESTRATÉGICOS

ARTIGO ESTRATÉGICO 26 - A percepção de crianças e adolescentes sobre a segurança e a violência: a aplicação do Índice de Segurança da Criança em uma escola  
Renata Avelar Giannini, Maiara Folly, Monica de Cassia Nehrebeck e Willian Vinícius Silva  
(Maio 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 25 - Brazil, the Internet and the Digital Bill of Rights Reviewing the State of Brazilian Internet Governance  
Daniel Arnaudo  
(Abril 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 24 - Confiança em desenvolvimento: o Brasil e os projetos de impacto rápido  
Eduarda Hamann, Henrique Garbino e Maiara Folly  
(Abril 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 23 - Controlando el territorio y construyendo seguridad y justicia en el posconflicto colombiano. Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana  
(Dezembro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 22 - Durões contra os fracos; fracos frente aos durões: as leis de drogas e a prática da ação policial  
Juan Carlos Garzón Vergara  
(Outubro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 21 - Infância e Segurança: um estudo sobre a percepção da violência por crianças e adolescentes do Complexo do Muquiço, Rio de Janeiro  
Renata A. Giannini, Maiara Folly, Victor Ladeira, Andressa Werneck e Renata Siqueira  
(Julho 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 20 - Making Cities Safer: Citizen Security Innovations from Latin America  
Robert Muggah, Ilona Szabo de Carvalho, Nathalie Alvarado, Lina Marmolejo e Ruddy Wang  
(Junho 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 19 - Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas  
Renata A. Giannini  
(Março 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 18 - “When Kids Call the Shots” Children’s perceptions on violence in Recife, Brazil, as per the ‘Child Security Index’  
Helen Moestue, Katherine Aguirre e Renata A. Giannini  
(Dezembro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 17 - Where is Latin America? Reflections on Peace, Security, Justice and Governance in the Post-2015 Sustainable Development Agenda  
Renata A. Giannini  
(Outubro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 16 - Políticas de Drogas no Brasil: A Mudança já Começou  
Ilona Szabó de Carvalho e Ana Paula Pellegrino  
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 15 - Nuevos retos y nuevas concepciones de la seguridad en México  
Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana  
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 14 - A ‘Third Umpire’ for Policing in South Africa – Applying Body Cameras in the Western Cape  
David Bruce e Sean Tait  
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 13 - Brazil and Haiti: Reflections on 10 Years of Peacekeeping and the Future of Post-2016 Cooperation  
Eduarda Passarelli Hamann (org.)  
(Janeiro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 12 - Measurement Matters: Designing New Metrics for a Drug Policy that Works  
Robert Muggah, Katherine Aguirre e Ilona Szabó de Carvalho  
(Janeiro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 11 - Desconstruindo a segurança cibernética no Brasil: ameaças e respostas  
Gustavo Diniz, Robert Muggah e Misha Glenny  
(Dezembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 10 - Expansão Digital: como as novas tecnologias podem prevenir a violência contra crianças nos países do hemisfério sul  
Helen Mostue e Robert Muggah  
(Novembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 9 - Promover Gênero e Consolidar a Paz: A Experiência Brasileira  
Renata A. Giannini  
(Setembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 8 - Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras: Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã  
Michele dos Ramos, Robert Muggah, José Luiz Ratton, Clarissa Galvão, Michelle Fernandez, Claudio Beato, Andréa Maria Silveira, Melina Ingrid Rizzo e Robson Rodrigues (Julho 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 7 - Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America  
Robert Muggah e Ilona Szabó de Carvalho  
(Março 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 6 - Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias  
Robert Muggah e Gustavo Diniz  
(Janeiro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 5 - Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional  
Robert Muggah e Gustavo Diniz  
(Outubro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 4 - To Save Succeeding Generations: UN Security Council Reform and the Protection of Civilians  
Conor Foley  
(Agosto 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 3 - Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Civis em Missões Internacionais  
Eduarda Passarelli Hamann  
(Janeiro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 2 - A Fine Balance: Mapping Cyber (in)security in Latin America  
Gustavo Diniz e Robert Muggah  
(Junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1 - Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Civis em Missões Internacionais  
Eduarda Passarelli Hamann  
(Maio 2012)

## **NOTAS ESTRATÉGICAS**

NOTA ESTRATÉGICA 26 - Haitian Women's Experiences of Recovery from Hurricane Matthew  
Athena Kolbe, Marie Puccio, Sophonie M. Joseph, Robert Muggah and Alison Joersz  
(Junho 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 25 - O futuro das operações de manutenção da paz das Nações Unidas: uma perspectiva brasileira (implementação do relatório HIPPO)  
Eduarda Hamann e Adriana Erthal Abdenur  
(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 24 - Em Busca da Igualdade de Gênero: boas práticas para a implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança  
Maiara Folly e Renata Avelar Giannini  
(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 23 - Filling the accountability gap: principles and practices for implementing body cameras for law enforcement  
Robert Muggah, Emile Badran, Bruno Siqueira e Justin Kosslyn  
(Novembro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 22 - Latin American Dialogue on International Peace and Security  
Reviewing the prospects for peace operations, peacebuilding and women, peace and security  
(Maio 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 21 - Assessing Haiti's Electoral Legitimacy Crisis – Results of a 2016 Survey  
Athena R. Kolbe e Robert Muggah  
(Fevereiro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 20 - Impact of Perceived Electoral Fraud on Haitian Voter's Beliefs about Democracy  
Athena R. Kolbe, Nicole I. Cesnales, Marie N. Puccio e Robert Muggah  
(Novembro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 19 - A Força de uma Trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)  
Eduarda Passarelli Hamann  
(Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 18 - Implementing UNSC Resolution 1325 in Brazil: surmounting challenges and promoting equality  
Renata A. Giannini, Mariana Lima e Pérola Pereira (Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 17 - A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: visão de mundo e narrativas do Brasil  
Eduarda Passarelli Hamann  
(Maio 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 16 - Break Your Bones: mortality and morbidity associated with Haiti's Chikungunya epidemic  
Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah  
(Julho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 15 - New Technologies for Improving Old Public Security Challenges in Nairobi  
Mads Frilander, Jamie Lundine, David Kutalek e Luchetu Likaka  
(Junho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 14 - O Despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre política de drogas  
Ilona Szabó de Carvalho  
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 13 - The Changing Face of Technology Use in Pacified Communities  
Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin  
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 12 - A Inserção de Civis Brasileiros no Sistema ONU: oportunidades e desafios  
Renata Avelar Giannini  
(Janeiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 11 - A Diáspora Criminal: o alastramento transnacional do crime organizado e as medidas para conter sua expansão  
Juan Carlos Garzón Vergara  
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 10 - Smarter Policing: tracking the influence of new information technology in Rio de Janeiro  
Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin  
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 9 - Is Tourism Haiti's Magic Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism Potential  
Athena R. Kolbe, Keely Brookes and Robert Muggah (Junho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 8 - Violencia, Drogas y Armas ¿Otro Futuro Posible?  
Ilona Szabó de Carvalho, Juan Carlos Garzón e Robert Muggah  
(Julho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 7 - A Promoção Da Paz No Contexto Pós-2015: o papel das potências emergentes  
Robert Muggah, Ivan Campbell, Eduarda Hamann, Gustavo Diniz e Marina Motta  
(Fevereiro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 6 - After the Storm: Haiti's coming food crisis  
Athena Kolbe, Marie Puccio e Robert Muggah  
(Dezembro 2012)



NOTA ESTRATÉGICA 5 - Brazil's Experience in Unstable Settings

Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite

(Novembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 4 - Cooperação Técnica Brasileira

Iara Costa Leite e Eduarda Passarelli Hamann

(Setembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 3 - A Experiência do Brasil em Contextos Instáveis

Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite

(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 2 - The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti (Aug 2011 - Jul 2012)

Athena R. Kolbe, Robert Muggah e Marie N. Puccio (Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 1 - Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Households Surveys (Aug 2011 - Feb 2012)

Athena R. Kolbe e Robert Muggah

(Março 2012)



# INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado às agendas da segurança, da justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) cidades seguras; (iv) consolidação da paz; e (v) segurança cibernética. O Instituto Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, com representação em Bogotá, Cidade do México, Lisboa e outras partes do mundo.



The Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs

## **Instituto Igarapé**

Rua Miranda Valverde, 64  
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22281-000  
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114  
contato@igarape.org.br  
facebook.com/institutoigarape  
twitter.com/igarape\_org

**[www.igarape.org.br](http://www.igarape.org.br)**

## **Design and layout:**

Raphael Durão - STORM.pt

ISSN 2359-0998



INSTITUTO IGARAPÉ  
a think and do tank

[www.igarape.org.br](http://www.igarape.org.br)